

PESQUISA-AÇÃO: UM PLANO ARTICULADO PARA CULTURA E EDUCAÇÃO

Sueli de Lima Moreira¹
Maria de Lourdes de Lencastre Deloupy²

RESUMO: O projeto Um Plano Articulado para Cultura e Educação constituiu-se numa pesquisa-ação, realizada em todo o Brasil, destinada a desenvolver um observatório de práticas educacionais, escolares e não escolares, em escala experimental, visando estruturar princípios orientadores para as políticas da cultura voltadas para a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Participação social, educação, cultura e intersetorialidade

INTRODUÇÃO

O projeto Um Plano Articulado para Cultura e Educação constituiu-se numa pesquisa-ação destinada a desenvolver um observatório de práticas educacionais, escolares e não escolares, em escala experimental, visando a estruturar princípios orientadores para as políticas da cultura voltadas para a educação.

Para tanto, buscamos compreender as condições em que se encontram as práticas escolares no diálogo com as práticas educativas realizadas por iniciativas culturais (artistas, pontos de cultura, museus, bibliotecas, ongs etc.).

Incrementando o diálogo entre escolas e territórios, valorizando a constituição de uma visão ampliada da educação, para além do sistema escolar, a experiência, que pode ser comparada a um fórum de práticas educativas, mobilizou recursos intelectuais diferentes, expressos em vozes múltiplas, vinculadas a contextos distintos e representativos da realidade nacional.

A participação da sociedade na construção de políticas públicas situa-se entre as preocupações de governos e sociedades. Para alguns governantes, pode significar legitimidade para as relações entre políticas e necessidades sociais. Para a sociedade civil organizada, exercer influência em políticas públicas tornou-se meta, uma vez que a construção de um sistema político aberto vem se tornando prática na sociedade brasileira.

São raras e difíceis de implementar as iniciativas voltadas para o intercâmbio e a atuação conjunta dos distintos órgãos, instituições e sujeitos que compõem o campo da cultura e da educação. Museus, teatros, bibliotecas e espaços comunitários articulam-se de forma

¹ Coordenadora Geral da Casa da Arte de Educar – suelima@artedeeducar.org.br

² Coordenadora do Projeto Um Plano Articulado para Cultura e Educação na Casa da Arte de Educar – mariadeda@artedeeducar.org.br

tímida – entre si e com o sistema escolar. Faltam a comunicação e o debate necessários para a superação dessa distância e a promoção efetiva da educação como prática intersetorial.

Nem o Estado nem a sociedade civil organizada são capazes de realizar isoladamente as mudanças que permitam constituir um sistema educacional ampliado. É preciso garantir as trocas de experiências, processos formativos e participativos, debates, investigar, incentivar e mesmo problematizar as experiências em curso para promover novas pactuações em torno do tema. Esse movimento vem ao encontro de outro debate, que situa a educação de qualidade na busca por outros modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, a presente pesquisa-ação convidou diferentes atores da educação e da cultura a participar do debate sobre um projeto de educação de qualidade, de pertinência social, além dos números, intersubjetiva e intersetorial, fortalecendo os atores que a constituem.

1. ABRANGÊNCIA

1.1. Locais de pesquisa

Para definir os cinco municípios mais adequados para a implementação da pesquisa-ação, partiu-se de algumas premissas: abarcar as cinco regiões brasileiras; contemplar a diversidade cultural do país; estar, assim como seu estado, em diálogo com as políticas públicas federais de Cultura e Educação; dispor da maior diversidade de equipamentos educacionais e culturais possível; desenvolver práticas reconhecidas por premiações; ocupar posição de pólo em sua região.

Como critérios, buscou-se municípios com adesão ao Plano Nacional de Cultura e ao Programa Mais Educação, assim como análise de indicadores sociais, educacionais e culturais.

Dessa forma foram escolhidos os seguintes municípios:

<i>NORTE</i>	<i>NORDESTE</i>	<i>CENTRO- OESTE</i>	<i>SUDESTE</i>	<i>SUL</i>
<i>Porto Velho (RO)</i>	<i>Recife (PE)</i>	<i>Campo Grande (MS)</i>	<i>Rio de Janeiro (RJ)</i>	<i>Porto Alegre (RS)</i>

1.2. Atores da pesquisa

Para formação do coletivo investigador da pesquisa-ação, nas cinco regiões brasileiras, foram realizadas reuniões de mobilização, o que definiu a formação de uma rede, composta por gestores estaduais e municipais, representantes de lideranças comunitárias, dentre outros atores do setor público e da sociedade civil. Durante todo o processo de construção da rede, foram sendo estabelecidos diálogos com as redes da Cultura e da Educação, notadamente do Programa Mais Educação.

Ao longo do trabalho iniciado em fevereiro de 2012, foram reunidos 1.664 atores, de 26 estados e 180 municípios, e participaram presencialmente da pesquisa 427 representantes do setor público (63,8%) e da sociedade civil (36,2%).

O coletivo investigador formado para participação da pesquisa foi equilibrado no que se refere às áreas de cultura (49%) e educação (51%), incluídos nesta os estudantes (13% do total), em sua maioria do ensino médio e ensino fundamental. Assim, a grande maioria dos participantes (87%) é de profissionais, com formação universitária (39% de graduados e 35% pós-graduados), maiores de 36 anos e ocupando cargo de liderança (66%).

Embora atuem, fundamentalmente, nas áreas da cultura e/ou da educação, verifica-se que 47% têm formação acadêmica específica na área de educação, e apenas 15% na área de cultura. Os demais possuem formação em outras áreas (24%) ou não informaram (14%). Poderíamos, a partir disso, aventar que existe pouca oferta de cursos na área da cultura, que as relações trabalhistas são mais informais ou que a cultura abarca profissionais com outras formações?

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 Metodologia da Pesquisa-Ação

A opção por esta metodologia de pesquisa expressa o posicionamento acerca da sociedade e da educação. O objetivo foi construir o contexto para uma pesquisa colaborativa, em que todos os participantes são ao mesmo tempo sujeitos e pesquisadores na produção de conhecimentos, a partir de uma reflexão crítica coletiva. Buscou-se criar um campo de

diálogo entre as práticas da cultura e as práticas escolares por meio de uma investigação estruturada nas trocas entre a linguagem formal e a simbólica.

Nesta pesquisa, foi preciso trabalhar em situação capaz de proporcionar aos atores, donos de expressões e experiências distintas e específicas, condições de trocas, permitindo a expressão de distintas vozes em condições de mútua influência, construindo o campo intersetorial que se investigava.

Referência importante para a explicitação da metodologia aqui apresentada é o “bricoleur”, termo francês utilizado neste trabalho a partir das contribuições de Kincheloe e Berry (2007), que o definem como um sujeito que lança mão de ferramentas disponíveis para realizar uma tarefa. No sentido de que a pesquisa social está imersa em estruturas articuladas entre as dimensões social, cultural e histórica de dados quantitativos e qualitativos. O discurso assim não pode ser removido das relações de poder e das lutas que sustentam a vida social, pois é a partir do reconhecimento dessas relações que se desenvolve a pesquisa qualitativa aqui proposta.

2.2 Metodologia dos Encontros

A Mandala de Saberes tem se mostrado capaz de representar problemáticas e cenários complexos como os que caracterizam a área da educação, via instauração de um campo de negociação expresso por vezes no simbólico, por vezes na linguagem formal. Essa metodologia integra a Coleção Mais Educação Rede de Saberes (MEC 2009) e vem sendo utilizada de formas distintas por diversos sistemas sociais, tendo recebido diversos prêmios, como Itau/Unicef 2009.

A partir das mandalas, atores com distintas formações estabeleceram um campo de diálogo que permitiu que as contribuições de povos tradicionais estivessem em conjunto com as de gestores públicos, tanto na identificação de problemas e desafios comuns, como no planejamento de ações para os territórios de aprendizagem.

Cada encontro teve duração de dois dias, quando foram formados quatro grupos, com cerca de 20 a 30 pessoas cada, que debateram criticamente experiências de diálogo entre práticas, escolares e não escolares, trazidas e vivenciadas pelos participantes, bem como os desafios e potencialidades despertados pelas mesmas. Para concluir, cada grupo elaborou um documento com os seguintes focos: gestão, estratégias, cronograma/agenda, saberes, linguagens, atores, contextos educacionais e orçamentos.

Cada grupo construiu uma mandala, transformando a linguagem verbal das discussões em uma representação simbólica, de cores e formas. Durante esse processo novas discussões foram surgindo, e o pensamento coletivo se reorganizava.

2.3 Metodologia de Tratamento de Dados

Foram produzidos 18 documentos pelos grupos de trabalho de todas as regiões, que juntos aos 38 relatórios elaborados pelos pesquisadores locais e 3 relatórios da equipe da Casa, totalizaram 59 documentos, além das 288 horas de filmagem.

A análise dos dados qualitativos obtidos durante os encontros de pesquisa foi realizada a partir de leitura crítica, assumindo a subjetividade dos pesquisadores da Casa da Arte, que identificaram e agruparam os assuntos, através da codificação aberta das ideias, experiências e propostas, registradas nos 59 documentos escritos. Muitas vezes foi necessário “buscar compreender” quando as afirmações não estavam claras, para que se pudesse identificar as generalidades e particularidades, na construção do material analítico. As ideias e experiências identificadas nos relatórios foram classificadas nos seguintes eixos:

- **práticas pedagógicas:** processos de aprendizagem; formação de docentes e demais atores da educação; espaços e atores de aprendizagem; material didático; saberes, currículos e linguagens; avaliação das práticas escolares e não escolares;
- **gestão:** estruturas político-administrativas; planejamento, monitoramento e avaliação; recursos; infraestrutura física; comunicação institucional.
- **contexto político-social:** garantia dos direitos sociais; transparência e diálogo social; legislação.

Após a análise e classificação das propostas, as mesmas foram comparadas com o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei 8530/10), objetivando o confronto entre as demandas da sociedade e as metas e estratégias já estabelecidas pelos dois Ministérios, através dos referidos Planos.

3. CONTEXTOS E DEBATES

3.1 RECIFE

A pesquisa-ação em Recife foi influenciada por fatores alheios ao seu processo de construção, sobretudo as fortes chuvas, dificultando o acesso ao local do evento. No dia do encontro, chuvas intensas, na capital e outras cidades, com inundações e desabamentos, fizeram baixar o número de pessoas presentes, e optou-se por dividir o coletivo em três grupos, que totalizaram 62 representantes da cultura e da educação

Para o coletivo dessa região, as práticas pedagógicas que vêm sendo adotadas na sua maioria ainda se baseiam em paradigmas como o de que a *escola é um sistema fechado em si* ou o *processo ensino-aprendizagem se resume à transferência de conceitos* e não deve dialogar com as realidades locais.

Destacou-se o comentário de que professores e estudantes não estão preparados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que vão além do modelo tradicional, pois não conseguem compreender as contribuições que atividades em outros espaços, envolvendo outros atores e saberes, podem oferecer. Na educação escolar, há professores e gestores que desconhecem ferramentas que os auxiliem a planejar ações articuladas com os territórios.

Para a efetivação da educação como prática social, defendem o mapeamento comunitário como estratégia de conquista da intersectorialidade, além de planejamento construído de forma participativa. Apontam haver necessidade da promoção de mais debate sobre o papel dos diversos atores (estudantes, professores, agentes culturais, diretores e responsáveis) na escola, evitando sobreposição de ações e disputa por espaço entre os professores e agentes culturais.

O diálogo com ênfase na garantia dos direitos sociais foi marcado pela forte participação de surdos e seus representantes. O grupo faz críticas à ideia de inclusão, quando esta tenta ocultar as diferenças; afirma que é necessário criar condições para a expressão das diferenças – sugerem a contratação de professores surdos.

Para os participantes, as práticas culturais são importantes no combate aos diversos preconceitos que habitam as comunidades e as escolas, e cobram ações com estes fins.

3.2 PORTO ALEGRE/RS

A caracterização, comum entre os brasileiros, de que a região Sul é marcadamente formada pela imigração européia foi tema de intensos debates no coletivo reunido, que reivindicava uma revisão nessa imagem com vistas à valorização dos povos de origem africana e indígena, responsáveis por influenciar fortemente a região.

A discussão sobre a invisibilidade das culturas negra e indígena na região permeou grande parte do debate; foi questionada, aliás, a pouca representatividade das mesmas no grupo de pesquisa. A ausência de espaço para os diversos saberes socioculturais foi apontada como responsável pela dissociação da escola de seu território, o que faz dela espaço de reprodução das relações de poder historicamente constituídas, e da visão homogeneizada em torno do “gaúcho típico”.

A cultura indígena está presente no cotidiano gaúcho, mas o grupo fez muitas críticas à forma como o índio é retratado nos livros didáticos, que expressam uma visão “branca” do índio e não a visão do índio sobre si.

As dificuldades na relação escola-sociedade estão vinculadas ao distanciamento entre a escola e a vida cotidiana dos estudantes, e neste sentido indicam a necessidade de elaboração de instrumentos pedagógicos e de gestão com estes fins..

Outro problema debatido foi a falta de diálogo entre as diferentes áreas do currículo. Os participantes apontam para a necessidade da implementação da transdisciplinaridade contra uma formação tecnicista e fragmentária ajustada às demandas de mercado ou a avaliações externas.

Os debates entre os gestores públicos presentes apontaram para a dificuldade de continuidade dos projetos iniciados; com equipes que também são vítimas de alta rotatividade; de realizarem planejamentos intersetoriais articulados aos seus desafios e metas, além da falta de comunicação entre áreas.

A pesquisa identificou, ainda, a necessidade urgente de ampliação dos canais de diálogo, propondo a participação de instituições de ensino e de cultura, governos e sociedade, como forma de se criar políticas públicas de Estado e não de governo para os campos da educação e da cultura.

3.3 CAMPO GRANDE/MS

O Mato Grosso do Sul se caracteriza, ainda, pela diversidade cultural, influenciada pela migração de brasileiros de diversos estados – sobretudo do Sul do país – de japoneses, africanos, paraguaios e bolivianos, além de possuir presença significativa de ciganos.

Chegamos a Campo Grande, para a pesquisa-ação realizada nos dias 18 e 19 de setembro, em meio a fortes tensões sociais no estado em função da questão de terras dos Guarani-Kaiowá, cujo processo de demarcação de terras foi suspenso pelo STF e se instalou desde então o clima de violência no município de Paranhos, com a morte de três indígenas, entre eles dois professores

Neste contexto, a investigação iniciou-se marcada pelo tema dos instrumentos democráticos nas gestões governamentais e nas gestões escolares. Questões relativas a conquistas éticas, de transparência e participação, foram bastante observadas, e a dificuldade de gestores escolares em reconhecer a escola como prática social, como prática articulada diretamente aos desafios sociais cotidianos.

Apesar da grande diversidade e da riqueza de expressões culturais, são tímidas as iniciativas de articulação entre museus, bibliotecas, escolas e ONGs, ou seja, são incipientes os diálogos entre as práticas não escolares e escolares na educação do Centro-Oeste. As iniciativas são pouco comuns, muitas delas marcadas por demandas de programas federais, como o Mais Educação, ou do governo municipal.

O Centro-Oeste sediou debate intenso acerca da valorização da diversidade cultural nas práticas escolares, bem como da memória dos povos tradicionais da região. A necessidade de se valorizar, no contexto brasileiro, a cultura do Centro-Oeste, levando em conta os distintos grupos étnicos que ali vivem e convivem, e valorizar suas culturas extremamente diversas, e um caminho seria buscar meios de aproximar a escola dos saberes dos estudantes.

3.4 RIO DE JANEIRO/RJ

Um tema de bastante destaque nos grupos do Sudeste foram os direitos conquistados, e a ideia de repensá-los diante dos desafios ainda não superados. Os debates destacaram os possíveis caminhos para a efetivação desses direitos.

Também foi abordado o preconceito religioso nas escolas públicas, que por essência deveriam ser laicas. Novamente é indicada a necessidade de capacitação de professores para conhecer e lidar com os diferentes valores e aspectos da cultura quilombola e das etnias

indígenas, e que se criem programas governamentais para incentivar o intercâmbio cultural envolvendo as escolas. Participantes afirmaram que cotidianamente a escola lida com a garantia de direitos sociais, com a diversidade religiosa, de etnia e de gênero, sem noção clara de como lidar com esses desafios. Para o coletivo, é preciso reconhecer os estudantes em suas condições, valorizando-as.

Quanto à relação entre escolas e museus, as ações são ainda pouco institucionalizadas do ponto de vista de política pública, e, portanto, instáveis. Os grupos afirmaram que essas relações são também pouco sistematizadas, pois não há em geral articulações pré ou pós-visitas, o que dificulta que sejam exploradas pedagogicamente. Há necessidade de ações mais estruturadas que poderiam ser construídas por meio de parcerias mais maduras e sólidas, o que depende da ação de governos ou órgãos públicos. Segundo os presentes, este afastamento deve-se, por um lado, à dificuldade da escola, por parte do seu corpo docente, em se relacionar com a arte contemporânea, com o seu conteúdo, e por outro lado, dos profissionais do museu, que não consideram metodologia e didática na dinâmica do seu funcionamento.

As abordagens curriculares excessivamente controladas também foram alvo de crítica, pois seriam responsáveis por inviabilizar o diálogo com a cultura e os desafios sociais locais.

Foram apontados os obstáculos enfrentados pelas culturas tradicionais diante da cultura de massa que marcam fortemente o interesse juvenil. Não se trata de uma volta ao passado, mas de investir em “caminhos de mão dupla”, ou seja, caminhos capazes de valorizar a prática contemporânea e simultaneamente colocá-la em diálogo com as práticas tradicionais, para que estas possam ser recriadas.

Apontou-se também a necessidade de promover debates na escola acerca dos muitos sentidos que o conceito de cultura encerra, e de se entender que atividades culturais não devem ser realizadas apenas como lazer. Para os reunidos no sudeste é necessário investir na ampliação dos debates acerca da revisão do conceito de cultura no mundo contemporâneo.

O grupo preocupa-se com as condições necessárias para que professores e escolas possam realizar práticas pedagógicas relacionadas aos territórios, e com a necessidade de investir na formação de agentes de cultura que atuem nas escolas.

3.5 PORTO VELHO/RO

A região é marcada por ciclos de exploração (madeira, ouro e borracha), e mais recentemente pela exploração dos recursos hídricos, com as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Esse movimento provoca diversos problemas sociais, culturais e ambientais, dentre os

quais as desapropriações de ribeirinhos e indígenas, e ondas de migração sem a devida infraestrutura, com forte impacto na estrutura social e econômica do Norte do país.

A dificuldade na mobilização para a participação no encontro mostrou que há especificidades de tempo e formas de comunicação que devem ser reelaboradas e adequadas à região. Mesmo os locais com acesso à internet sofrem com sistemas que ficam fora do ar em função das pesadas chuvas. A mobilização nessa região foi mesmo um desafio grande para o grupo de pesquisa, no que se refere à articulação dos interessados em participar tanto do coletivo investigador, quanto do grupo de pesquisa.

As relações entre desenvolvimento e educação foram a tônica dos debates, pois a região vem sofrendo com a chegada de grandes obras de infraestrutura conduzidas com pouco diálogo com a sociedade. Para os atores locais, é preciso haver mais instâncias que possibilitem o diálogo participativo entre governos e sociedade.

Na visão do coletivo, segundo a qual as escolas apresentam grandes dificuldades em lidar com a diversidade local, há necessidade de implantação de uma lógica mais flexível na dinâmica do trabalho da escola, de forma a acompanhar a dinâmica social.

Os profissionais da educação não estão preparados para lidar com as realidades ribeirinhas nem com as culturas indígenas, e aplica-se um currículo pensado fora das realidades dessas comunidades, sem abordar suas histórias, seus costumes e suas relações com o meio ambiente. Nega-se a identidade indígena, afirmam.

Foi mencionada também a distância dos professores que chegam de outras regiões para atuar na região norte em relação aos saberes locais, pois eles tendem a reforçar uma prática apoiada exclusivamente no currículo nacional e no livro didático elaborado e editado no Sudeste do país. Não há programas continuados para aqueles que busquem maior diálogo com as culturas locais. A falta de práticas bilíngues para escolas que possuem número grande de crianças indígenas foi também questão relevante.

O Norte do país reivindica ainda que sejam incentivadas as manifestações artísticas de origens diversas – as afro-brasileiras e indígenas – nas escolas e na sociedade, pois são manifestações que dispõem de pouco incentivo para existir. São poucas e frágeis as práticas pedagógicas que respeitam as relações com a cultura local. Em geral, as expressões das culturas indígenas e ribeirinhas são sufocadas ou invisíveis para a escola, apesar de as populações reconhecerem sua importância.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho situa-se num ponto de tensão marcado pela contradição que caracteriza a produção científica – que requer condições específicas para a reflexão – e a elaboração de políticas públicas – que têm urgência em apresentar resultados para a sociedade. Além de buscar compreender o fenômeno, temos por objetivo transformá-lo, e para isso é preciso instaurar um campo de práxis política que desafia a todos nós.

A investigação realizada nesta pesquisa-ação reuniu muita expectativa em torno da oportunidade, conquistada por todos, de debater e desenhar políticas coletivamente. No entanto, o resultado indica que, apesar do grande número de atores reunidos e das experiências que o constituiu, são frágeis e instáveis as condições que as escolas possuem de atuar com os demais atores educacionais.

As práticas desenvolvidas entre as escolas e as demais instituições educativas são resultados de esforços pouco articulados entre si e ainda submetidos aos avanços e recuos das políticas locais. As condições para consolidarem suas práticas, apesar da existência de programas importantes, como o Mais Educação, Cultura Viva e mais recentemente o Mais Cultura nas Escolas, ainda são um desafio para todos. As iniciativas da sociedade civil, de museus ou bibliotecas dispõem de frágeis recursos técnicos e financeiros para se efetivarem, dependem de prêmios, editais ou de programas que ainda enfrentam interrupções e condições burocráticas contraditórias.

O resultado da pesquisa demonstra que são numerosas essas experiências, mas exigem apoios mais eficientes para cumprirem seus papéis sociais. O que nos faz pensar que seu avanço está, em parte, articulado à legislação, que consolida as relações sociedade civil e governos.

As experiências em curso desenvolvidas por escolas e demais atores educacionais cobram a elaboração de instrumentos pedagógicos capazes de colaborar para a efetivação da articulação escola-território, por indicadores capazes de monitorá-las na conquista dos resultados, e por investimentos na formação dos distintos atores envolvidos nesta relação.

A democratização da gestão escolar e a necessidade de formulação e implementação de metodologias educacionais para o enfrentamento do preconceito e para a garantia de direitos nas escolas também foram objeto de destaque nesta pesquisa.

Os professores têm demonstrado muita dificuldade no diálogo com saberes não instituídos, os saberes do cotidiano, e muitas vezes entendem cultura como sinônimo da

cultura letrada, escolar. Com isto a escola afasta-se de seu papel social, pois distancia-se de sua dimensão pública.

Relato muito comum entre os professores e diretores de escolas foi a cobrança por esclarecimento a cerca das vantagens que o diálogo com o território pode trazer para os desafios escolares. Afirmam que estas questões têm chegado para a escola recentemente e que desconhecem suas justificativas e metodologias. Isso nos leva a concluir que são necessários desenvolver projetos para apoio pedagógico com estes fins.

Um desafio é o de caminhamos para uma compreensão da escola como redes epistemológicas estruturadas através de relações de saberes, o que nos permite compreender os estudantes como sujeitos sociais, portadores de saberes, o que é diferente de pensarmos que sejam carentes de cultura. Valorizar as trocas entre os estudantes e educadores corresponde a formularmos um horizonte ampliado para a escola.

A elaboração de programas capazes de contribuir para a valorização das linguagens artísticas nas práticas escolares também se constitui numa demanda do coletivo investigador. Da mesma forma que o artista brasileiro necessita de conquistar espaço social, o ensino das artes precisam ser valorizados nas escolas, comparam.

A produção cinematográfica brasileira é pouco aproveitada pelas escolas e são instrumentos de interesse juvenil, capazes de mobilizar estudantes para diversas áreas do conhecimento escolar. A pesquisa demonstra que esta área cobra maior aproximação com o universo escolar seja na produção de filmes como na difusão do acervo produzido no país.

A pesquisa revelou que as práticas pedagógicas estão distantes dos sujeitos que as constituem. Onde estão as contribuições formuladas pelos professores para suas escolas? Por que as experiências sociais não têm a centralidade devida nos currículos da Educação Básica? “Os currículos são pobres em experiências porque são pobres em sujeitos.” (Arroyo, 2011).

Aproximar as escolas dos seus territórios depende da valorização da diversa experiência de todos os sujeitos sociais implicados, o que garante a dimensão pública da escola. As disputas, que marcam as relações escolas e territórios, são marcadas pela cobrança de coletivos diversos por reconhecimento como produtores de conhecimento legítimos e válidos. Essa disputa envolve a complexidade de atores da educação e deixa as práticas culturais oriundas de meios populares em defasagem: geralmente elas são provenientes de vozes ainda não suficientemente reconhecidas pela sociedade em geral, o que se reflete nas escolas. Acreditam que quando a escola se torna capaz de trabalhar a partir do diálogo direto com os estudantes e seu território, compreendendo as diferenças e incentivando a voz de cada um, faz valer sua função social.

Investir numa maior aproximação dos cursos de pedagogia e das licenciaturas com os estudos culturais, a sociologia e a antropologia, objetivando fortalecer a dimensão cultural das práticas educativas. A formação voltada para o diálogo e a mediação cultural é prática ainda distante das licenciaturas, segundo os presentes nesta pesquisa.

Este trabalho revela, também, que a conquista da democracia nas escolas é a base da intersectorialidade cultura/educação e das políticas para educação integral. A escola é uma instituição fundamental para o exercício da cidadania para fazer valer os direitos sociais. A democracia se define de baixo para cima, através da expressão das diversas vozes e não de um Estado hegemônico. Tornar a escola um espaço plural é o principal desafio das políticas da cultura para educação, é preciso criar mecanismos pedagógicos para instaurar práticas democráticas nas escolas e demais instituições educacionais e culturais.

As escolas estão sendo chamadas a se constituírem como espaço público de reflexão e constituição de cidadãos produtores de cultura. Nesta perspectiva, o professor é alguém que produz conhecimento sobre a realidade local, e não apenas alguém que executa um currículo de cuja elaboração não participou. É convidado a ampliar sua sala de aula e descobrir o sentido de seu trabalho em diálogo com o contexto, deixando de ser apenas um transmissor de conhecimentos para se tornar um mediador da produção cultural entre escola e território.

Por outro lado, os equipamentos culturais também precisam conquistar e efetivar a dimensão educativa de suas práticas. Bibliotecas com espaços exclusivamente de consultas ou museus voltados para a contemplação já não possuem mais lugar na sociedade de hoje. Os espaços culturais precisam assumir seu papel educacional através de diálogo e mediação social. E para tanto se torna necessário, que os profissionais da cultura se tornem, também, educadores, o que corresponde a um maior espaço para a educação nos cursos universitários destes profissionais.

As políticas da Cultura e da Educação precisam avançar coordenadas com universidades e organizações sociais, mais próximas da sociedade, e neste sentido cobra-se a instauração de fóruns ou conselhos voltados para conquista social. O problema da perda de sentido da educação escolar vem preocupando professores, educadores, estudantes e gestores públicos. Se por um lado se reconhece o esforço na direção de reinventar a escola, por outro os resultados ainda são muito tímidos, em todo o país, como demonstra a pesquisa.

Cabe-nos ressaltar, ainda, que todas as ações precisam estar articuladas, já que as diversas frentes para tornar a escola num espaço cultural e os equipamentos culturais em espaços educativos são interdependentes. Não há diálogo sem o devido conhecimento do outro, adquirido através da prática cotidiana e de formação, que precisam ser estruturadas,

com os recursos financeiros, humanos, materiais, e metodológicos, amparados por legislação, contemplando os mais diversos segmentos envolvidos no processo.

Se compararmos as demandas sociais identificadas nesta pesquisa com o texto do no PNC e/ou PNE e/ou na Portaria Interministerial nº 1/2007 a boa notícia tanto para gestores públicos como para a sociedade civil é que das 56 proposições identificadas durante a pesquisa, a grande maioria (44) estão contempladas nestes documentos. Os Planos já contemplam grande parte dos anseios da sociedade.

Convergem aspectos relativos à necessidade de desenvolvimento de estratégias pedagógicas e programas voltados para o enfrentamento de preconceitos nas escolas. O respeito aos diferentes atores, saberes e práticas também estão presentes dos documentos oficiais e na voz da sociedade, bem como o debate em torno de um maior diálogo entre currículo comum e seus contextos.

A necessidade de valorização das linguagens artísticas nas escolas, a ampliação de tempo e espaço, bem como a necessidade de fortalecer práticas descentralizadas e democráticas nas gestões escolares são outros aspectos também comuns.

Necessário também destacar que estes documentos e sociedade reclamam por identificação e mapeamento das iniciativas e equipamentos culturais no Brasil, assim como um maior diálogo entre as práticas culturais e as universidades.

Por outro lado (21%) das propostas identificadas na pesquisa não possuem relação com o PNC, PNE ou Portaria Interministerial e por isto merecem toda a atenção dos gestores públicos da cultura e educação.

O principal ponto de discórdia está em torno das questões que envolvem a avaliação escolar. A pesquisa revela que há uma disputa em torno de uma visão que quer quantificar, cobrar, premiar e ranquear resultados e os profissionais da educação e cultura que querem uma revisão deste sistema de avaliação.

Outro aspecto que não encontra eco nos documentos oficiais aqui analisados, foi a cobrança por maior transparência e diálogo com a sociedade e as políticas de governo. O que nós faz supor a necessidade de instauração de novos instrumentos de representação e diálogo social.

O que é preciso ter claro ao finalizarmos esta etapa da pesquisa é que não serão as leis que poderão alterar as relações escolas e demais práticas educacionais. Só uma construção coletiva, no interior e no entorno das escolas, amparadas por uma legislação democrática poderá implementar as mudanças necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>
- IBGE/Censo 2010 – Características da População. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/aracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm
- IBRAM/MinC. *Guia dos Museus Brasileiros*, Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/noticias/guia-dos-museus-brasileiros/>
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Frequência de práticas culturais. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS, 2010
- KINCHELOE, Joe L. & BERRY, Kathleen S. *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MEC. Coleção Mais Educação Rede de Saberes Brasília : Ministério da Educação, 2009.
- MEC/Inep/Deed – *Censo Escolar 2011 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Portal do IDEB. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/brasil/ideb>>.
- MinC – Ministério da Cultura. *Cultura em Números: anuário de estatísticas culturais*. 2ª edição. Brasília: MinC, 2010
- PEREIRA, Noeli Aparecida. *Metodologia de Construção do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (base 2010)*. Ministério da Justiça/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-ivj>
- PNUD/IPEA/FJP. *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: PNUD, 2003. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003